

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 10, de 27 de janeiro de 2017
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.820.759.555,42	1.726.901,26
Pessoal Ativo	3.631.324.020,03	1.547.129,87
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.021.056.204,68	127.437,79
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	168.379.330,71	52.333,60
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	672.429.941,01	81.292,87
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.798.390,58	0,43
Decorrentes de Decisão Judicial	225.825.021,00	-
Despesas de Exercícios Anteriores	52.613.761,72	81.292,44
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	388.192.767,71	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.148.329.614,41	1.645.608,39
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.884.435.326,99	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.149.975.222,80	43,33
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.823.373.310,23	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	5.532.204.644,71	46,55
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5.241.035.979,20	44,10

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

3 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	2.665.807,32	0,00
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	20.158,59	0,00
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	1.579.524,81	0,00
TOTAL	4.265.490,72	0,00

4 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

5 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", estão sendo computados os montantes de **R\$ 1.570.964.273,94** (coluna Liquidadas (a)) e **R\$ 127.437,79** (coluna Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)) - ambos registrados na Natureza de Despesa 319113-4780 - referentes à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

6 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	388.192.767,71	0,00
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-4780)	1.570.964.273,94	127.437,79
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	61.899.163,03	0,00
Total	2.021.056.204,68	127.437,79

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.338.255.276,97	0,00
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 8)	379.098.235,32	0,00
(-) Benefícios pagos com recursos oriundos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.570.964.273,94	0,00
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	388.192.767,71	0,00

7 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 6 edição, pág. 508, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, neste demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)	378.418.440,69	0,00
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	37.155.279,53	0,00
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	39.683.239,21	0,00
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	57.760.080,63	0,00
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	233.979.421,84	0,00
Ação 0127 - Benefícios Previdenciários dos Cartórios não Oficializados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	9.840.419,48	0,00
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)	679.794,63	0,00
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	519.149,59	0,00
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	160.645,04	0,00
Total	379.098.235,32	0,00

8 - Em observância ao art. 39 do Decreto 4026-R/2016, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

PAULO ROBERTO FERREIRA
Secretário de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 18, de 23 de fevereiro de 2017
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.452.486.170,30	8.142.917,74
Pessoal Ativo	4.874.303.769,46	7.679.837,03
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.408.115.249,69	127.437,79
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	170.067.151,15	335.642,92
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	922.226.890,08	378.292,87
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.111.885,21	0,43
Decorrentes de Decisão Judicial	225.825.021,00	-
Despesas de Exercícios Anteriores	119.051.360,22	378.292,44
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	571.238.623,65	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.530.259.280,22	7.764.624,87
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.884.435.326,99	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.538.023.905,09	55,01
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.130.661.196,19	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	6.774.128.136,38	57,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	6.417.595.076,57	54,00

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFTC

Notas Explicativas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

2 - Em observância ao art. 39 do Decreto nº 4026-R, de 04 de novembro de 2016, o presente demonstrativo foi elaborado com base nos registros contábeis constantes no SIGEFES seguindo os procedimentos metodológicos preconizados no Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª edição. Neste sentido, para fins de consolidação, sempre que houver divergência entre o demonstrativo publicado pelo respectivo Poder/Órgão e os registros contábeis constantes no SIGEFES, prevalecerá a essência dos registros contábeis.

3 - Na linha "Pessoal Ativo", não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	2.665.807,32	0,00
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND 319092-4274)	20.158,59	0,00
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	1.579.524,81	600,98
TOTAL	4.265.490,72	600,98

4 - Os valores executados nas naturezas de despesa 319091 - Sentenças Judiciais e 319092 - Despesa de Exercícios Anteriores pelas Unidades Gestoras do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário foram classificadas como "Despesas Não Computadas", na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

5 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", estão sendo computados os montantes de **R\$ 1.570.964.273,94** (coluna "Liquidadas (a)") e **R\$ 127.437,79** (coluna "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)") - ambos registrados na Natureza de Despesa 319113-4780 - referentes à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

6 - O montante de **R\$ 196.052.379,38** referente à Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Previdenciário oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e Ministério Público do Estado do Espírito Santo não consta dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal publicados pelos respectivos Poderes/Órgãos. Contudo, em virtude do disposto no §1º do art. 40 da LC 282/2004, nos arts. 18, 19 e 20 da LC 101/00 (LRF) e no art. 39 do Decreto nº 4026-R, de 04 de novembro de 2016, tal montante está sendo considerado para fins de consolidação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal. Sua composição é demonstrada a seguir:

Poder/Órgão	Transferências Realizadas - Jan/2016 a Dez/2016 - em R\$
Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo - ALES	21.846.343,33
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES	25.547.169,92
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES	118.713.503,29
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES	29.945.362,84
Total	196.052.379,38

7 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - Jan/2016 a Dez/2016 - em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	571.238.623,65	0,00
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-3647)	1.570.964.273,94	127.437,79
+ Repasses efetuados ao RPPS pelo Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Tribunal de Contas referentes à Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro	196.052.379,38	0,00
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	61.899.163,03	0,00
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente pela Assembleia Legislativa	7.960.809,69	0,00
Total	2.408.115.249,69	127.437,79

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - Jan/2016 a Dez/2016 - em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.338.255.276,97	0,00
(-) Despesa custeada com recursos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS oriunda do Poder Executivo	1.570.964.273,94	0,00
(-) Despesa custeada com recursos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS oriunda do Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público	196.052.379,38	0,00
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (de todos os Poderes e Órgãos)	571.238.623,65	0,00

8 - Tendo em vista que o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) ultrapassou o limite máximo da Despesa Total com Pessoal previsto no art. 20, II, b, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e considerando orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no que tange à publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal consolidados, como forma de atender ao princípio da transparência, abaixo é reproduzido o quadro com a trajetória de recondução ao limite da Despesa Total com Pessoal do TJES, publicado por meio do Ato nº 35/2017 em 27 de janeiro de 2017, tal como segue:

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2015			2016			2016		
2º Quadrimestre			1º Quadrimestre			3º Quadrimestre		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3* c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
6,00	6,32	0,32	0,11%	6,22	6,20	0,20	6,00	6,07
%	%	%		%	%	%	%	%

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

1. Fonte: ORÇ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 10, de 27 de janeiro de 2017
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")	R\$ 1,00			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.034.527.965,75	6.766.872.752,28	6.822.044.725,84	6.809.779.959,80
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	6.450.561.797,32	6.387.990.760,47	6.478.600.825,50	6.521.176.582,51
Interna	5.400.251.704,64	5.465.014.139,78	5.597.369.785,20	5.599.770.308,40
Externa	1.050.310.092,68	922.976.620,69	881.231.040,30	921.406.274,11
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	241.001.112,11	50.990.371,62	27.677.483,50	2.677.613,37
Outras Dívidas	342.965.056,32	327.891.620,19	315.766.416,84	285.925.763,92
DEDUÇÕES (II)	3.285.908.973,13	3.672.841.610,02	3.852.539.092,19	3.671.198.709,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.507.586.775,30	2.627.770.444,31	2.610.804.737,18	2.618.327.485,02
Demais Haveres Financeiros	1.020.172.901,51	1.134.598.987,32	1.299.013.165,40	1.329.935.673,69
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	241.850.703,68	89.527.821,61	57.278.810,39	277.064.448,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.748.618.992,62	3.094.031.142,26	2.969.505.633,65	3.138.581.249,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.951.594.613,26	11.887.670.740,12	11.769.605.175,66	11.884.435.326,99
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	58,86%	56,92%	57,96%	57,30%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	31,37%	26,03%	25,23%	26,41%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%	23.903.189.226,52	23.775.341.480,24	23.539.210.351,32	23.768.870.653,98
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	21.512.870.303,87	21.397.807.332,22	21.185.289.316,19	21.391.983.588,58

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	6.450.561.797,32	6.387.990.760,47	6.478.600.825,50	6.521.176.582,51
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	373.637.461,76	364.147.647,13	356.475.727,30	348.842.187,75
De Tributos	1.817.785,82	-	-	-
De Contribuições Sociais	371.819.675,94	364.147.647,13	356.475.727,30	348.842.187,75
Previdenciárias	1.875.583,10	1.733.327,54	1.591.180,98	1.487.414,68
PIS/PASEP	369.944.092,84	362.414.319,59	354.884.546,32	347.354.773,07
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	5.933.982.462,28	5.890.344.188,96	6.001.520.447,88	6.067.950.018,83
<i>Internas</i>	<i>4.883.672.369,60</i>	<i>4.967.367.568,27</i>	<i>5.120.289.407,58</i>	<i>5.146.543.744,72</i>
Caixa Econômica Federal - CEF	407.660.223,18	401.098.801,64	395.047.211,48	388.935.719,55
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2.401.963.385,12	2.461.452.416,26	2.593.058.120,23	2.588.626.285,18
União	2.074.048.761,30	2.104.816.350,37	2.132.184.075,87	2.168.981.739,99
<i>Externas</i>	<i>1.050.310.092,68</i>	<i>922.976.620,69</i>	<i>881.231.040,30</i>	<i>921.406.274,11</i>
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	748.069.200,65	658.519.687,98	637.770.410,79	669.459.837,09
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	302.240.892,03	264.456.932,71	243.460.629,51	251.946.437,02
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	142.941.873,28	133.498.924,38	120.604.650,32	104.384.375,93
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	142.941.873,28	133.498.924,38	120.604.650,32	104.384.375,93

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	782.447,20	765.238,41	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	597.372.432,96	554.492.977,88	533.048.563,31	459.686.615,86
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	300.105.137,37	100.952.603,24	81.947.058,49	241.818.410,59
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	966.958.871,44	965.221.939,67	964.707.052,19	1.351.063.207,22
Passivo Atuarial	892.019.610,42	892.019.610,42	892.019.610,42	1.271.535.025,19
Demais Dívidas	74.939.261,02	73.202.329,25	72.687.441,77	79.528.182,03
DEDUÇÕES (X)	1.933.696.396,95	2.224.271.491,67	2.437.910.588,45	2.611.471.352,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	58.719,28	121.738,31	37.016,98	32.656,73
Investimentos	1.934.722.881,70	2.171.748.123,71	2.383.774.668,66	2.613.704.552,05
Demais Haveres Financeiros	1.795.246,54	52.411.285,66	54.107.723,98	886.835,39
(-) Restos a Pagar Processados	2.880.450,57	9.656,01	8.901,17	3.152.691,19
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	1.808.325,15	32.084.700,37	32.809.233,10	1.038.397,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(966.737.525,51)	(1.259.049.552,00)	(1.473.203.456,26)	(1.260.408.145,76)

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público.
- Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (6ª edição - pag. 563), na linha "Dívida Consolidada - DC (I)" não estão sendo consideradas as provisões registradas na conta contábil "227919000 - Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos - Complementação de Aposentadoria".
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo).
- Em virtude do Princípio da Prudência, para cálculo dos "Demais Haveres Financeiros", não estão sendo considerados os montantes de R\$ 245.644.836,82 (Saldo do Exercício Anterior), R\$ 135.243.696,01 (Até o 1º quadrimestre de 2016), R\$ 149.828.927,29 (Até o 2º quadrimestre de 2016) e de R\$ 147.212.926,86 (até o 3º quadrimestre de 2016) registrados na conta contábil 113110700 (Adiantamentos de Precatórios), por se referirem a valores que foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado para pagamentos de precatórios na forma da EC 62/2009. Tais valores ainda não foram informados pelo TJES como efetivamente pagos aos credores e com a devida identificação do processo de precatório, se anterior ou posterior a 05/05/2000, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Parecer Técnico GECON/SEFAZ 001/2011.
- Na linha "Demais Haveres Financeiros", da Dívida Fiscal Líquida também não está sendo considerado o montante de R\$ 1.097.245,70 (Colunas "Em 30/04/2016(b)" e "Em 31/08/2016 (c)") registrado na conta "121110305 - Financiamentos Concedidos - FUNSAF" em virtude de tais valores não serem reembolsáveis.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 6ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª edição, na linha "Investimentos", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária estão registrados os valores das contas contábeis 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo do RPPS e 121300000 - Investimentos e Aplicações a Longo Prazo do RPPS.
- Em observância ao princípio contábil da Prudência e também em virtude do Estado ter permanecido, até o mês de novembro de 2016, sob o regime especial de pagamentos de precatórios instituído pela EC nº 62/2009 - o qual vincula 2% da Receita Corrente Líquida para o pagamento dos precatórios - todos os precatórios posteriores a 05/05/2000 estão sendo considerados na composição da Dívida Consolidada e demonstrados na linha "Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".
- Em observância ao art. 39 do Decreto 4026-R/2016, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTÔNIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

PAULO ROBERTO FERREIRA
Secretário de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 10, de 27 de janeiro de 2017
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2016			R\$
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
INTERNAS (II)	22.718.295,65	22.885.670,32	27.763.162,91	36.271.311,49	
Aval ou fiança em operações de crédito	22.718.295,65	22.885.670,32	27.763.162,91	36.271.311,49	
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	22.718.295,65	22.885.670,32	27.763.162,91	36.271.311,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.951.594.613,26	11.887.670.740,12	11.769.605.175,66	11.884.435.326,99	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,19%	0,19%	0,24%	0,31%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.629.350.814,92	2.615.287.562,83	2.589.313.138,65	2.614.575.771,94	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.366.415.733,43	2.353.758.806,54	2.330.381.824,78	2.353.118.194,74	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2016			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:					

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- As linhas "Outras Garantias nos Termos da LRF" que compõem este demonstrativo incluem garantias concedidas por meio de Fundos.

2 - Os valores informados a seguir como "Contragarantia Recebida" não estão sendo considerados neste demonstrativo, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo):

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2015 Em R\$	Posição -Dezembro de 2016 Em R\$
711110101 - Avals	8.510,40	8.510,40
711110102 - Fiança	39.201.187,93	14.249.873,33
711110105 - Seguros	148.650.653,43	127.611.350,20
711110108 - Títulos Públicos	127.450,15	127.450,15
711110109 - Cauções	15.113.364,32	20.517.409,03
711110199 - Outras Garantias Recebidas no País	684.907,04	70.004,02
712110109 - Cauções	989.688,07	989.688,07

3 - O demonstrativo não considera a conta contábil 712110110 - Contra Garantias - Parcerias Públicos Privadas (PPP), em virtude das parcerias público-privadas serem regulamentadas por Lei específica (Lei Federal nº 11.079/2004) e não haver, até a presente data, definição no âmbito do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) a respeito da inclusão das garantias pertinentes a PPP no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores.

4 - Em observância ao art. 39 do Decreto 4026-R/2016, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

PAULO ROBERTO FERREIRA
Secretário de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo IV da Ordem de Serviço SUBSET nº 10, de 27 de janeiro de 2017
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	45.750.381,49	295.882.364,19
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	45.750.381,49	295.882.364,19
Interna	4.187.381,49	213.102.519,69
Abertura de Crédito	4.187.381,49	213.102.519,69
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	41.563.000,00	82.779.844,50
Abertura de Crédito	41.563.000,00	82.779.844,50
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	3.201.260,23	3.201.260,23
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	3.201.260,23	3.201.260,23
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito não Sujeitas ao Limite	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.884.435.326,99	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	0,00%
Do Período de Referência (III)	-	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	295.882.364,19	2,49%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.901.509.652,32	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.711.358.687,09	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	831.910.472,89	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	299.083.624,42	2,52%

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Na linha "Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial", está registrado o montante dos ingressos ocorridos até o 3º quadrimestre de 2016 referentes à Operação de Crédito BID-PROFAZ.

2 - Em observância ao art. 39 do Decreto 4026-R/2016, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

PAULO ROBERTO FERREIRA
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº 10, de 27 de janeiro de 2017
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

REPUBLICAÇÃO

R\$									
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
01 - Recursos Ordinários - Concedidos em Contrapartida	(a) 14.338.644,35	(b) 485.605,58	(c) 635.781,03	(d) 1.098.901,04	(e) 1.303,80	12.117.052,90	1.259.487,07	-	-
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18.595.497,83	712.187,06	3.156.761,44	-	331.411,90	14.395.137,43	378.823,46	-	-
04 - Ações e Serviços de Saúde	116.186.672,34	4.815.759,68	76.937.994,90	69.101,66	1.258.104,12	33.105.711,98	9.323.693,92	-	-
12 - Superávit Financeiro - Decreto 2829-r de 17/08/11	4.329.912,31	-	-	-	-	4.329.912,31	-	-	-
13 - FUNDEB - 60%	10.074.204,03	489.232,45	6.577.071,19	-	3.007.900,39	-	-	-	-
14 - FUNDEB - 40%	55.666.637,13	754.882,48	26.661.764,61	-	2.138.070,90	26.111.919,14	-	-	-
15 - Alienação de Bens	4.954.213,58	1.136.482,74	-	-	-	3.817.730,84	240.000,00	-	-
16 - Depósitos Judiciais - Lei 10.549, de 1º julho de 2016	767.123,27	-	-	-	-	767.123,27	-	-	-
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	84.479.609,92	265.364,76	2.398.244,70	150.000,03	34.528,59	81.631.471,84	6.202.886,93	-	-
33 - Convênios - União	76.621.418,70	100.371,85	1.937.741,92	-	889,68	74.582.415,25	2.594.270,94	-	-
34 - Incentivo SUS - União	42.772.699,61	6.350,00	2.472.380,59	-	3.338,46	40.290.630,56	991.857,66	-	-
35 - SUS - Produção	122.193.012,62	1.221.175,46	48.854.420,35	2.477,25	135.509,60	71.979.429,96	21.817.262,58	-	-
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	4.166.722,92	-	-	-	4.166.722,92	-	-	-	-
38 - FUNDAP	516.276,21	516.276,21	-	-	-	-	-	-	-
39 - Doações	10.014.796,24	44.355,26	18.245,82	-	9.451,89	9.942.743,27	67.552,27	-	-
41 - Convênios com Órgãos não Federais	4.354.029,80	-	-	-	-	4.354.029,80	1.250.625,23	-	-
42 - Operações de Crédito Internas	600.830.075,77	42.401,67	8.068.550,15	-	3.304.834,25	589.414.289,70	24.640.405,71	-	-
43 - Operações de Crédito Externas	27.106.819,04	-	138.878,29	903.895,30	410,93	26.063.634,52	2.541.616,48	-	-
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	439.771,05	-	-	-	-	439.771,05	-	-	-
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13.296.563,54	71.514,13	851.896,50	-	-	12.373.152,91	-	-	-
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	360.537,25	-	-	-	-	360.537,25	-	-	-
49 - Programa Brasil Alfabetizado	3.120.698,36	-	81.323,69	-	614.402,15	2.424.972,52	-	-	-
50 - Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO	1.490.255,86	-	58.351,65	-	-	1.431.904,21	5.652,06	-	-
51 - Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atend. ao EJA	278.843,05	-	-	-	-	278.843,05	-	-	-
54 - CIDE	2.325.066,45	-	32.351,14	-	-	2.292.715,31	1.507.869,22	-	-
57 - Incentivo SUAS - União	4.286.744,49	3.302,20	-	-	-	4.283.442,29	141.131,51	-	-
59 - Transferências Financeiras a Fundos	228.264.275,88	880.072,17	1.775.031,93	-	1.529.291,35	224.079.880,43	21.015.909,62	-	-
61 - FUNCOP	125.272,29	-	-	-	-	125.272,29	-	-	-
63 - Recursos Lei Pelé	4.346.457,74	66.745,79	-	172,80	-	4.279.539,15	965.724,49	-	-
65 - PRONAT	25.096.907,88	-	-	-	-	25.096.907,88	-	-	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)	246.963.149,66	738.270,80	9.288.812,39	14.350,45	5.609.323,29	231.312.392,73	17.404.032,20	-	-
72 - Convênios com Órgãos Federais	66.382.708,87	58.472,43	126.869,71	-	3.554.335,35	62.643.031,38	648.740,17	-	-
73 - Convênios com Órgãos não Federais	120.615,00	-	-	-	-	120.615,00	-	-	-
74 - Transferências de Instituições Privadas	29.247.102,33	-	-	-	-	29.247.102,33	93.736,44	-	-
Cauções e e Valores Restituíveis	57.307.704,71	-	-	-	57.305.454,71	2.250,00	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.881.421.040,98	12.408.822,72	190.072.472,00	2.238.898,53	83.005.284,28	1.593.695.562,55	113.091.277,96	-	-
01 - Recursos Ordinários	353.585.341,51	27.334.825,91	44.357.412,22	456.868,47	20.585.000,92	260.851.233,99	78.387.583,57	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	353.585.341,51	27.334.825,91	44.357.412,22	456.868,47	20.585.000,92	260.851.233,99	78.387.583,57	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	2.235.006.381,59	39.743.648,63	234.429.884,22	2.695.767,00	103.590.285,20	1.854.546.796,54	191.478.861,53	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	2.614.061.886,44	186,67	3.152.504,52	-	535.708,88	2.610.373.486,37	502.688,20	-	-
Cauções e Valores Restituíveis	97.646,76	-	-	-	97.646,76	-	-	-	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (RPPS)	2.613.964.239,68	186,67	3.152.504,52	-	438.062,12	2.610.373.486,37	502.688,20	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª Edição, nas colunas de "Obrigações Financeiras" do presente Anexo, não estão incluídos os Restos a Pagar Não Processados inscritos no Exercício de 2016. A Disponibilidade de Caixa Líquida com Recursos Ordinários, após a inscrição dos restos a pagar não processados de 2016 correspondentes, totalizam o montante de R\$ 182.463.533,23, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Valor (Em R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Recursos Ordinários	353.585.341,51
(-) Obrigações Financeiras - Recursos Ordinários	92.734.107,52
= Disponibilidade de Caixa Líquida - Recursos Ordinários	260.851.233,99
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2016 - Recursos Ordinários	78.387.583,57
= Disponibilidade de Caixa Líquida após inscrição de Restos a Pagar Não Processados de 2016 - Recursos Ordinários	182.463.650,42

2 - A disponibilidade de caixa líquida das autarquias (exceto RPPS) é de livre aplicação tão somente dentro da sua esfera de competência, em razão da sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, portanto, para uso no exercício de suas atividades específicas.

3 - Na fonte de recursos "71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)", está sendo computado o montante de R\$ 14.746,89 registrado na conta contábil "111110100 - Caixa" e o montante de R\$ 500,00 registrado na conta contábil "111110200 - Adiantamento para Fundo Fixo - CEASA".

4 - Em virtude da desconciliação detectada entre as fontes de recursos "01 - Recursos Ordinários" e "36 - Transferências Constitucionais a Municípios" no montante de R\$ 117,19, para fins da nota explicativa 1 do Demonstrativo do Resultado de Caixa do Tesouro referente ao 6º bimestre de 2016 deverá ser considerado o montante de R\$ 182.463.650,42, conforme consta na nota explicativa 1 deste demonstrativo.

5 - Em observância ao art. 39 do Decreto 4026-R/2016, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 18, de 23 de fevereiro de 2017									
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO									
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL									
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016									
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")									
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	R\$
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
01 - Recursos Ordinários - Concedidos em Contrapartida	14.338.644,35	485.605,58	635.781,03	1.098.901,04	1.303,80	12.117.052,90	1.259.487,07	-	-
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18.595.497,83	712.187,06	3.156.761,44	-	331.411,90	14.395.137,43	378.823,46	-	-
04 - Ações e Serviços de Saúde	116.186.672,34	4.815.759,68	76.937.994,90	69.101,66	1.258.104,12	33.105.711,98	9.323.693,92	-	-
12 - Superávit Financeiro - Decreto 2829-r de 17/08/11	4.329.912,31	-	-	-	-	4.329.912,31	-	-	-
13 - FUNDEB - 60%	10.074.204,03	489.232,45	6.577.071,19	-	3.007.900,39	-	-	-	-
14 - FUNDEB - 40%	55.666.637,13	754.882,48	26.661.764,61	-	2.138.070,90	26.111.919,14	-	-	-
15 - Alienação de Bens	4.954.213,58	1.136.482,74	-	-	-	3.817.730,84	240.000,00	-	-
16 - Depósitos Judiciais - Lei 10.549, de 1º julho de 2016	767.123,27	-	-	-	-	767.123,27	-	-	-
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	84.479.609,92	265.364,76	2.398.244,70	150.000,03	34.528,59	81.631.471,84	6.202.886,93	-	-
33 - Convênios - União	76.621.418,70	100.371,85	1.937.741,92	-	889,68	74.582.415,25	2.594.270,94	-	-
34 - Incentivo SUS - União	42.772.699,61	6.350,00	2.472.380,59	-	3.338,46	40.290.630,56	991.857,66	-	-
35 - SUS - Produção	122.193.012,62	1.221.175,46	48.854.420,35	2.477,25	135.509,60	71.979.429,96	21.817.262,58	-	-
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	4.166.722,92	-	-	-	4.166.722,92	-	-	-	-
38 - FUNDAP	516.276,21	-	-	-	-	-	-	-	-
39 - Doações	10.014.796,24	44.355,26	18.245,82	-	9.451,89	9.942.743,27	67.552,27	-	-
41 - Convênios com Órgãos não Federais	4.354.029,80	-	-	-	-	4.354.029,80	1.250.625,23	-	-
42 - Operações de Crédito Internas	600.830.075,77	42.401,67	8.068.550,15	-	3.304.834,25	589.414.289,70	24.640.405,71	-	-
43 - Operações de Crédito Externas	27.106.819,04	-	138.878,29	903.895,30	410,93	26.063.634,52	2.541.616,48	-	-
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	439.771,05	-	-	-	-	439.771,05	-	-	-
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13.296.563,54	71.514,13	851.896,50	-	-	12.373.152,91	-	-	-
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	360.537,25	-	-	-	-	360.537,25	-	-	-
49 - Programa Brasil Alfabetizado	3.120.698,36	-	81.323,69	-	614.402,15	2.424.972,52	-	-	-
50 - Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO	1.490.255,86	-	58.351,65	-	-	1.431.904,21	5.652,06	-	-
51 - Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atend. ao EJA	278.843,05	-	-	-	-	278.843,05	-	-	-
54 - CIDE	2.325.066,45	-	32.351,14	-	-	2.292.715,31	1.507.869,22	-	-
57 - Incentivo SUAS - União	4.286.744,49	3.302,20	-	-	-	4.283.442,29	141.131,51	-	-
59 - Transferências Financeiras a Fundos	228.264.275,88	880.072,17	1.775.031,93	-	1.529.291,35	224.079.880,43	21.015.909,62	-	-
61 - FUNCOP	125.272,29	-	-	-	-	125.272,29	-	-	-
63 - Recursos Lei Pelé	4.346.457,74	66.745,79	-	172,80	-	4.279.539,15	965.724,49	-	-
65 - PRONAT	25.096.907,88	-	-	-	-	25.096.907,88	-	-	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)	437.252.296,30	1.309.706,79	9.361.035,51	694.308,35	5.609.479,59	420.277.766,06	48.634.604,26	-	-
72 - Convênios com Órgãos Federais	66.382.708,87	58.472,43	126.869,71	-	3.554.335,35	62.643.031,38	648.740,17	-	-
73 - Convênios com Órgãos não Federais	120.615,00	-	-	-	-	120.615,00	-	-	-
74 - Transferências de Instituições Privadas	29.247.102,33	-	-	-	-	29.247.102,33	93.736,44	-	-
Cauções e Valores Restituíveis	71.605.720,68	-	-	-	71.604.162,12	1.558,56	-	-	-
Valores Vinculados a Precatórios e Penas Pecuniárias	340.592.547,62	-	-	-	340.592.547,62	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.426.600.750,31	12.980.258,71	190.144.695,12	2.918.856,43	437.896.695,61	1.782.660.244,44	144.321.850,02	-	-
01 - Recursos Ordinários	605.136.216,13	28.832.495,09	46.605.078,57	1.465.395,67	20.721.376,22	507.511.870,58	93.112.308,47	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	605.136.216,13	28.832.495,09	46.605.078,57	1.465.395,67	20.721.376,22	507.511.870,58	93.112.308,47	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	3.031.736.966,44	41.812.753,80	236.749.773,69	4.384.252,10	458.618.071,83	2.290.172.115,02	237.434.158,49	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹									
Cauções e Valores Restituíveis	2.614.061.886,44	186,67	3.152.504,52	-	535.708,88	2.610.373.486,37	502.688,20	-	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (RPPS)	97.646,76	-	-	-	97.646,76	-	-	-	-
	2.613.964.239,68	186,67	3.152.504,52	-	438.062,12	2.610.373.486,37	502.688,20	-	-
Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC									
¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.									

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª Edição, nas colunas de "Obrigações Financeiras" do presente Anexo, não estão incluídos os Restos a Pagar Não Processados inscritos no Exercício de 2016. A Disponibilidade de Caixa Líquida com Recursos Ordinários, após a inscrição dos restos a pagar não processados de 2016 correspondentes, totalizam o montante de R\$ 414.399.562,11, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Valor (Em R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Recursos Ordinários	605.136.216,13
(-) Obrigações Financeiras - Recursos Ordinários	97.624.345,55
= Disponibilidade de Caixa Líquida - Recursos Ordinários	507.511.870,58
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2016 - Recursos Ordinários	93.112.308,47
= Disponibilidade de Caixa Líquida após inscrição de Restos a Pagar Não Processados de 2016 - Recursos Ordinários	414.399.562,11

- 2 - A disponibilidade de caixa líquida das autarquias (exceto RPPS) é de livre aplicação tão somente dentro da sua esfera de competência, em razão da sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, portanto, para uso no exercício de suas atividades específicas.
- 3 - Na fonte de recursos "71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)", está sendo computado o montante de R\$ 14.543,49 registrado na conta contábil "111110100 - Caixa" e o montante de R\$ 500,00 registrado na conta contábil "111110200 - Adiantamento para Fundo Fixo - CEASA", além de R\$ 203,40 da conta contábil "111110100 - Caixa" da UG "Departamento de Imprensa Oficial - DIO".
- 4 - Na linha "Valores Vinculados a Precatórios e Penas Pecuniárias", estão demonstrados os valores pertinentes às UG's 700101, 700102, 700103 e 700104 de gestão do Poder Judiciário.
- 5 - No presente demonstrativo, a "Disponibilidade de Caixa Bruta" e a "Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados)" da fonte de recursos "36 - Transferências Constitucionais a Municípios" difere do constante no Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Poder Executivo referente ao 3º quadrimestre de 2016 em R\$ 117,19 em virtude de desconciliação detectada entre esta fonte e a fonte de recursos "01 - Recursos Ordinários".
- 6 - Em observância ao art. 39 do Decreto 4026-R/2016, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 10, de 27 de janeiro de 2017.
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		11.884.435.326,99	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.149.975.222,80	43,33%	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.823.373.310,23	49,00%	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.532.204.644,71	46,55%	
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	3.138.581.249,99	26,41%	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.768.870.653,98	200,00%	
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas	36.271.311,49	0,31%	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.614.575.771,94	22,00%	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	295.882.364,19	2,49%	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.901.509.652,32	16,00%	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	831.910.472,89	7,00%	
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total - Poder Executivo (excluído RPPS)	191.478.861,53	1.854.546.796,54	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)	502.688,20	2.610.373.486,37	

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Em observância ao art. 39 do Decreto 4026-R/2016, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ
 CRC ES nº 015974/O-0

PAULO ROBERTO FERREIRA
 Secretário de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 18, de 23 de fevereiro de 2017
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		11.884.435.326,99	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		6.538.023.905,09	55,01%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%		7.130.661.196,19	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		6.774.128.136,38	57,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		3.138.581.249,99	26,41%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		23.768.870.653,98	200,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		36.271.311,49	0,31%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.614.575.771,94	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		295.882.364,19	2,49%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.901.509.652,32	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		831.910.472,89	7,00%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total - Consolidado (Excluído o RPPS)		237.434.158,49	2.290.172.115,02
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)		502.688,20	2.610.373.486,37

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Em observância ao art. 39 do Decreto 4026-R/2016, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

EUGÊNIO COUTINHO RICAS
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado